

Rafael Silva

O Mundo Islâmico: do surgimento da religião a política dos Califas no século VII,

Mariana  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP  
2010

Rafael Silva

O Mundo Islâmico: do surgimento da religião a política dos Califas no século VII,

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Celso Taveira

Mariana  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP  
2010

## **Agradecimentos**

Agradeço pelo apoio que me possibilitou a escrita dessa monografia de Bacharelado primeiramente o meu orientador Celso Taveira, que muito me ajudou com suas ideias e conselhos. Gostaria de agradecer também aos Professores Dr. Fábio Faversoni, Ms. Renato Viana Boy e Ms. Isis Castro pela ajuda e conselhos. Agradeço também aos companheiros de grupo de pesquisa que sempre colaboraram com a discussão em História Medieval. Por fim agradeço aos companheiros de República, os grandes amigos e amigas de Mariana e Ouro Preto, aos eternos amigos de Varginha e a todos do Madureira MS.

### **Resumo**

Monografia de Bacharelado em História Medieval que analisa a política islâmica nos primeiros anos de sua instituição, desde o começo de sua missão profética até o início da política dos Califas, que vai compreender entre 622 d.C que é a data de fundação do calendário muçulmano até o início das dinastias no império muçulmano. Sob a ótica de Ibn Khaldûn e a luz do Corão, vemos um mundo no qual a religião possibilita uma união na sociedade, causando um impulso expansionista no novo Estado árabe muçulmano. Juntamente com isso temos as formulações que o governante tem que se basear para se legitimar na função de Califa, com a utilização de títulos e cooptando a elite para as bases de seu governo.

### **Abstract**

Monograph of Bachelor of Medieval History that examines political Islam in the early years of its establishment since the beginning of his prophethood until the beginning of the policy of the Caliphs, which will comprise between 622 AD which is the founding date of the Muslim calendar until beginning of the dynasties in the Muslim empire. From the viewpoint of Ibn Khaldûn and the light of Quran, we see a world in which religion allows a marriage in society, causing a surge in new expansionary Muslim Arab state. Along with this we have the formulations that the ruler must be based to legitimize itself in the role of Caliph, with the use of titles and co-opting the elite for the foundations of his government.

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	5
2. O Islã e a Sociedade .....	7
3. O Mundo Islâmico de Ibn Khaldûn .....	16
4. A política dos Califas .....	26
5. Conclusão .....	34
6. Referências bibliográficas .....	37

## Introdução

Muito se debate hoje sobre o papel do mundo muçulmano na atual conjuntura política internacional. Vemos guerras, invasões e acusações recaindo nesses países como se desde a sua criação o Islã fosse contra o resto do mundo e que os governos islâmicos são “terroristas por essência”. Muitos desses preconceitos surgem da falta de informação que o ocidente tem sobre esses povos, mas parecendo não querer ter informações sobre eles, e principalmente uma falta de interesse sobre a formação desses povos islâmicos onde há um esclarecimento sobre os processos que acontecem hoje em dia.

No entanto, ao estudar o Islã, vemos que a formulação política se deve a sua criação como religião, onde já se coloca em um terreno político-administrativo na figura de seu fundador, Maomé. Mas surge a dúvida referente ao processo de fixação da autoridade do governante e de como que essa autoridade é legitimada.

Outro detalhe que vejo interessante ao analisar esse processo de legitimação é que ao vermos o caso do Profeta, que se auto-legitima ao ser o porta-voz de Deus trazendo a luz para os povos da Arábia, mas que mesmo assim necessita do apoio das elites quando fixa a dominação muçulmana na Arábia. Outro aspecto a respeito do Profeta é o fato de não haver títulos semelhante os que apareceram logo após a sua morte. Vemos nas fontes utilizadas, tanto o Corão como nos Prolegômenos, que não havia uma indicação de quem seria o sucessor do Profeta com a sua morte. Então partimos da idéia que Maomé é o grande espelho da sociedade muçulmana e que quanto a maior semelhança com as suas atitudes, maior seria a sua aceitação no posto de autoridade máxima.

Sendo assim, vemos com Ibn Khaldûn o processo de criação de títulos e a sua função, juntamente com a distribuição de cargos referentes ao califado. Notamos também que não há uma unanimidade ao tratar do Islã propriamente dito na sociedade, por isso optamos utilizar Schuon para dar um direcionamento mais específico no seio da religião.

Para a elaboração dessa pesquisa, ainda contamos com a utilização de alguns autores atuais que nos trazem uma discussão sobre a formação desse estado e nos reapresentam conceitos que as fontes nos mostram. Há dois grandes títulos que envolvem essa pesquisa. O primeiro se apresenta com a ascensão de Abu Bakr que o intitulam de Califa. E o segundo surge com Umar que começa a ser chamado de Amir al-Muminin, título que será visto em quase todos os governantes posteriores.

Sendo assim analisaremos a formação desse Estado islâmico com uma mescla de informações modernas com as das fontes e vendo como essa titulação tornar-se-á uma ferramenta de legitimação que o governante fará uso para se fixar no poder e a partir disso quais seriam os outros mecanismos para isso.

Autores que tratam sobre a política islâmica, Lewis, Vernet, e Watt, também são estudados para uma conceituação sobre a política muçulmana e juntamente com isso temos Hourani e Armstrong para tratar da relação política e religião de forma mais específica. Outra abordagem da pesquisa é a relação político-privado que há no Islã e de como o governante aumenta a sua autoridade pessoal com toda a estrutura que o Califado lhe oferece.

## O Islã e a sociedade

Neste capítulo faremos uma breve introdução acerca do Islã, pensando em como a religião se encaixa inicialmente nos povos da península arábica, destacando o fator de união de grupo que a nova fé possibilitou, agregando a península em uma nova crença, com um alto teor expansionista e de fácil culto. Demos preferência neste capítulo à obra de Frithjof Schuon, onde ele mostra uma visão bastante interessante sobre essa nova fé que surge, não como uma substituição absoluta das outras religiões, mas como um complemento definitivo das revelações das crenças monoteístas.

Como se sabe a região da península arábica é coberta por um imenso deserto e há a existência de Oasis espalhados pelo território. Há também a existência de cidades, principalmente perto do litoral, nas proximidades dos Oasis, ou as que são ponto de passagem de caravanas comerciais provenientes da rota da seda. Sendo assim, antes do Islã, havia certa animosidade entre os nômades do deserto e os sedentários urbanos, aqueles utilizavam da estratégia de saques as caravanas mercantis para aumentar as suas provisões.

Para os povos nômades havia uma espécie de solidariedade tribal, firmada a partir de laços de sangue onde ligavam todos da tribo. Assim as idéias de lealdade e de honra eram respeitadas e ligadas a um chefe eleito pelas famílias da tribo, onde seu poder vinha do controle dos oásis e da manutenção da tradição tribal existente, sem romper com os laços existentes.

Já para os povos urbanos eram constituídos por laços comerciais com os quais regiam o próprio governo de sua cidade. O controle das rotas comerciais era essencial para a manutenção do poder, no caso das cidades, das famílias que controlavam o comércio.

Mas ambas as sociedades estavam estabelecidas sob o mesmo panteão religioso. O politeísmo era uma prática comum entre os árabes pré-islâmicos. Não havia um rigor religioso definido, os devidos líderes utilizavam a divindade em que mais amplificava a sua força política e administrativa.

Com o aparecimento de Maomé com a sua missão profética em nome do Islã, esses povos aderiram à nova crença sem o uso da força, mas mais precisamente pela lacuna existente no terreno religioso que havia, pois existiam na península judeus, cristãos e zoroastrianos, todos defensores de crenças fixas em normas específicas, as quais os árabes politeístas não estavam familiarizados em seu ambiente de adoração.

A chegada do Islã foi como um preenchimento de um vazio ligado à própria formação social, pois agora começa um processo de unificação sobre uma mesma bandeira ressoando a submissão ao Deus absoluto.

Mais além disso temos também a facilidade de inserção na religião. Não há cerimônias de iniciação complicadas e nem processos demorados. Quem desejasse abraçar o Islã deveria proferir a *Basmalah* que era dizer que Alá é o único Deus e que Maomé é o seu Profeta. Dito isso o crente já estava envolvido na nova crença.

Com a necessidade de ir para Medina, e com isso tem-se inaugurado o calendário muçulmano, Maomé se coloca como o governante da cidade, sendo levado a resolver varias contendas, principalmente entre os judeus e os árabes muçulmanos. E dessa forma o Estado Islâmico começa a surgir. E a consolidação da nova fé como o grande estandarte do século VII d.C vem com a agregação de Meca, o grande pólo mercantil e político da península, a sombra do Islã. Dizemos agregação pois não houve uma batalha e muito menos um extermínio das pessoas que foram responsáveis pela fuga do Profeta para Medina, muito pelo contrario, essas pessoas foram cooptadas para o próprio governo.

Dessa forma, a religião islâmica encontra um espaço para se desenvolver, no terreno político e administrativo, e se consolidar como uma religião expansionista. Não obstante, a rápida aceitação dos povos nômades beduínos a nova fé facilitou o processo de expansão da crença juntamente com o fortalecimento do nascente Estado.

Agora de posse de uma sociedade em vias de unificação completa, pois uma religião que se falava em árabe, se escrevia em árabe, tinha revelações em árabe com um Profeta árabe, e, não menos importante, trazia costumes nos quais eles já estavam familiarizados, era mais fácil ainda a difusão desse ideal religioso, e com isso os ânimos começam a se elevar com um pensamento de conquistas, o que resulta em uma rápida e surpreendente conquista dos Persas e o domínio de vários territórios antes dominados pelos Bizantinos.

Dessa forma a sociedade árabe é conquistada por uma nova religião que os dará o impulso que faltava para a sua consolidação e para o início de uma empresa expansionista.

E essa conquista da que o Islã obteve sobre os povos na península para alguns autores se deu de maneira interessante, como é o caso de Karen Armstrong, que vai dar mostras de como os primeiros conversos se voltaram ao Islã.

Muito dos primeiros crentes foram convertidos pela simples beleza do Corão, que ressoava com as suas aspirações mais profundas atravessando seus preconceitos intelectuais à maneira de uma grande arte, e os inspirando, num nível mais profundo que o cerebral, a alterar o seu modo de viver.<sup>1</sup>

O que ela nos mostra é a importância da palavra falada nesse início de disseminação do Corão. Como também nos mostra essa importância Schuon ao relatar que

(...) somente o homem é dotado da palavra, pois só ele, entre todas as criaturas terrestres, é “feito à imagem de Deus” de uma maneira direta e integral. Ora, se é dessa deiformidade que opera, graças a um impulso divino, a salvação ou a liberação, a palavra terá aí sua parte da mesma maneira que a inteligência e a vontade.<sup>2</sup>

E mais a frente ele nos diz que “... a palavra é como o corpo imaterial e não obstante sensível de nosso querer e de nosso compreender.”<sup>3</sup>. O que nos mostra que a palavra no Islã teve uma função essencial na islamização inicial da população. E o autor vai mais além quando diz que

A originalidade do islã não é ter descoberto a função salvadora da inteligência, da vontade e da palavra – pois esta função é evidente e toda religião a conhece -, mas ter feito dela, no quadro do monoteísmo semítico, o ponto de partida de uma perspectiva de salvação e de liberação. A inteligência se identifica com o seu conteúdo salvador, ela não é outra que o conhecimento da unidade – ou do absoluto – e da dependência de todas as coisas em relação ao um. (...) a palavra é a comunicação com Deus, ela é essencialmente prece e invocação.<sup>4</sup>

Assim vemos que ao pronunciar as palavras do Corão, o muçulmano se sente mais próximo de Deus, e isso possibilitou uma maior aproximação dos árabes com a religião, encorajando-os a se unirem por ela, pois a palavra de Deus, agora dita em árabe, os aproximava tanto como um grupo quanto como indivíduos em relação a Alá.

Partindo dessa linha, vemos que a tradição muçulmana coloca o próprio Profeta como uma pessoa iletrada, e que dessa forma tudo que ele dizia não seria dele, ele era apenas um porta-voz de Deus, fazendo que as suas palavras tivessem um maior impacto ainda, pois como coloca Peter Antes “Afirmar constantemente que Mohamed era inculto fazia com que colocassem com mais veemência o fato de que o próprio Deus fora o autor do livro sagrado.”<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> ARMSTRONG, Karen. O Islã. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. P.44.

<sup>2</sup> SCHUON, Frithjof. Para Compreender o Islã. Rio de Janeiro: Nova Era, 2006. P.19.

<sup>3</sup> Ibidem, p.20.

<sup>4</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>5</sup> ANTES, Peter. O Islã e a Política. São Paulo: Paulinas, 2003. P.36.

Assim vemos o quão à palavra tem importância nessa sociedade, onde acordos eram tratados verbalmente, grandes obras eram recitadas e onde essa nova religião surgiu, sendo pronunciada nas ruas de Meca em busca de seguidores.

Dessa forma, nas palavras de Richard Fletcher “O islã ofereceu aos árabes um monoteísmo próprio, com escrituras em sua própria língua, lugares sagrados no coração de suas próprias terras e um modo próprio de estabelecer cultos e vida religiosa”<sup>6</sup>. E pensando um pouco no aspecto de continuidade que o Islã apresentou para a população, continuidade em relação a aspectos da tradição pré-islâmica, como ter o principal centro de adoração a Caaba em Meca, o fortalecimento da idéia de uma peregrinação para uma purificação que já havia em uma Arábia pré-islâmica. Uma das mais importantes idéias que permaneceram com a islamização foi o fato da não aceitação de uma autoridade que lhes remetesse a monarquia, o conceito de liberdade estava incrustado na sociedade pré-islâmica, principalmente nos beduínos que prezavam a idéia de livre fluxo e de decisões em conjunto.

Para melhor entender ainda os conceitos do Islã nessa sociedade, devemos notar o fato de as pregações iniciais terem um aspecto de justiça social, levando uma igualdade a todos os seres perante Deus. Para Armstrong

A velha ética tribal tinha sido igualitária; os árabes não aprovavam a idéia de monarquia, e lhes era repugnante lançar-se de braços no chão como escravos. Mas as prostrações destinavam-se a combater a arrogância dura e a auto-suficiência que estava ganhando terreno em Meca. A postura do corpo reeducaria os muçulmanos, ensinando-os a deixar de lado o orgulho e o egoísmo, lembrando-lhes que diante de Deus eles não eram nada. (...) A justiça social era, portanto, a virtude crucial do Islã.<sup>7</sup>

Não só nesse sentido, mas quando se nota o conceito do Islã de esmola obrigatória, um dos cinco pilares do Islã, vemos a preocupação com os miseráveis fazendo com que os mais afortunados tenha um certo tipo de laço que o ligue com os pobres, pois é obrigado pela lei islâmica a destinar uma quantia e isso o faz se aproximar, mesmo que simbolicamente, da camada mais baixa da sociedade, ou nas palavras de Schuon “A esmola vence o egoísmo e a avareza, ela realiza a solidariedade de todas as criaturas, é o jejum da alma (...)”<sup>8</sup>.

Vemos então certo apelo ao social que a religião prega, principalmente por via Profética, onde a sua figura se coloca como disseminadora da mensagem de Deus, e que vai

---

<sup>6</sup> FLETCHER, Richard. A cruz e ao crescente: Cristianismo e Islã, de Maomé à reforma. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. P.34.

<sup>7</sup> ARMSTRONG, Karen. O Islã. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. P.44-45.

<sup>8</sup> SCHUON, Frithjof. Para Compreender o Islã. Rio de Janeiro: Nova Era, 2006. P.55.

colocar em pé de igualdade todos os homens, inerente a sua posição social ou a riqueza acumulada, oferecendo o acesso ao absoluto de uma forma mais simplificada e mais objetiva do que os cultos presentes na Arábia.

Além disso, a facilidade obtida pela característica dogmática do Islã se deve também ao fato de não haver uma instituição clerical, como existe no cristianismo. Mas isso não quer dizer que não há uma atividade contemplativa do muçulmano para com o absoluto, este ligado diretamente a essência única de Deus. Dessa forma Schuon relata que “Apesar de algumas aparências, como a ausência do monasticismo como instituição social, o islã, que preconiza a pobreza, o jejum, a solidão e o silêncio, possui todas as premissas de uma ascese contemplativa”.<sup>9</sup>

Voltando para a questão onde o Islã se encontra com a política, Armstrong é clara quando diz que

Na visão corânica, não havia dicotomia entre o sagrado e o profano, o religioso e o político, a sexualidade e a devoção. Toda a vida era potencialmente santa e tinha que ser incluída no âmbito divino. A meta era o TAWHID (tornar uno), a integração de toda a vida numa comunidade unificada, que daria aos muçulmanos a indicação da unidade que é Deus.<sup>10</sup>

Assim a não diferenciação dos limites da religião faz com que haja uma fusão entre o Islã e a política, que é a própria comunidade muçulmana, a *Ummah*, na qual não há limites geográficos para a sua existência e onde necessita de um soberano que absorva toda a autoridade que a comunidade emana.

O Islã então se colocou como uma religião enraizada na política desse novo Estado, e dessa forma houve a necessidade de uma reformulação social que abrangeu principalmente os quarenta anos desde o seu surgimento com Maomé.

Outro aspecto importante no Islã é, sem dúvida alguma, a função de seu Profeta, não só Mensageiro de Deus, mas como um organizador administrativo e um chefe militar e o seu caráter humano no Islã o coloca muito próximo com os seus seguidores, pois para o muçulmano, não pode haver uma santíssima trindade como no cristianismo, para eles Deus é único e absoluto.

Nesse sentido Schuon diz que:

---

<sup>9</sup> Ibidem, p.26.

<sup>10</sup> ARMSTRONG, Karen. O Islã. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. P.55.

Seja como for, se a atribuição da divindade a um ser histórico é algo repugnante ao Islã, é em razão de sua perspectiva centrada no absoluto enquanto tal, a qual se enuncia, por exemplo, na concepção do nivelamento final antes do Juízo: só Deus permanece “vivo”, tudo é nivelado na morte universal, incluindo os anjos supremos, portanto também o “espírito” (Ar-Rûh), a manifestação divina no centro luminoso do cosmo.<sup>11</sup>

Além disso, o Profeta é

(...) a norma humana sob o duplo aspecto das funções individuais e coletivas, ou ainda, sob o aspecto das funções espirituais e terrestres. Ele é essencialmente equilíbrio e extinção: equilíbrio do ponto de vista humano e extinção em face de Deus. O profeta é o islã. Se este último se apresenta como uma manifestação de verdade, de beleza e de poder – pois são estes três elementos que inspiram o islã e os quais tende, segundo sua natureza, a realizar diversos planos –, o profeta encarna a serenidade, a generosidade e a força.<sup>12</sup>

E ao tratar de suas virtudes, o mesmo autor diz

A força é a afirmação – se necessário combativa – da Verdade divina na alma e no mundo; é a distinção entre as duas guerras santas, a “maior” (akbar) e a “menor” (açghar), ou a interior e a exterior. A generosidade compensa o aspecto de agressividade da força; ela é caridade e perdão. Estas duas virtudes complementares, a força e a generosidade, culminam – ou se extinguem de alguma maneira – em uma terceira virtude: a serenidade, que é desapego em face do mundo e do ego, extinção diante de Deus, conhecimento do divino e união com Ele.<sup>13</sup>

Assim o Profeta é “a forma humana orientada para a essência divina”<sup>14</sup>. E o autor vai mais além, para ele os muçulmanos vêem no Profeta a própria personalidade do Islã, ou como ele mesmo afirma

É por verem no profeta o protótipo e o modelo das virtudes que fazem a deformidade do homem e a beleza e o equilíbrio do universo, e que constituem outras tantas chaves ou vias para a unidade libertadora – é por isto que os muçulmanos o amam e o imitam até nos menores detalhes de sua vida cotidiana. O profeta, da mesma forma que o islã como um todo, constitui um molde celeste pronto para receber o influxo da inteligência e da vontade do fiel, e no qual mesmo o esforço se torna uma espécie de repouso sobrenatural.<sup>15</sup>

Notamos então que a figura do profeta influência de forma presente na vida dos muçulmanos e o seu exemplo faz parte, juntamente com o Corão, do princípio de jurisprudência islâmico, onde através de seus atos vai ser julgar se o mesmo foi condizente

<sup>11</sup> SCHUON, Frithjof. Para Compreender o Islã. Rio de Janeiro: Nova Era, 2006. P.140.

<sup>12</sup> Ibidem, p.141.

<sup>13</sup> Ibidem, p.142.

<sup>14</sup> Ibidem, p.145.

<sup>15</sup> Ibidem, p.147.

com a conduta ideal para o Islã, vislumbrando a perfeição que fora a vida profética de Maomé.

Dessa forma, o Islã se consolida com o seu livro sagrado, essencialmente a obra prima islâmica, o Corão. Nele estão contidos todos os aspectos universais do absoluto e ele é o livro final, o que encerraria as Revelações, desde o antigo testamento até o Islã. Além disso ele é um guia espiritual para os muçulmanos donde a vontade de Deus se fez livro, tornando-o um símbolo sagrado no Islã. Outra função do Corão é a de ser uma espécie de constituição dos estados islâmicos onde restringe a autoridade do governante e dá as normas a serem seguidas e as leis da própria religião com as suas devidas proibições e liberações.

Para Schoun, a grande manifestação divina é “(...) o Corão, que se apresenta como um “discernimento” (*furqân*) entre a verdade e o erro. Em um certo sentido, todo o Corão – um de seus nomes é precisamente *al-Furqân* (“o discernimento”) – é uma espécie de paráfrase múltipla do discernimento fundamental, a *Shahâdah*(...)”<sup>16</sup>. E mais a frente ele diz que

“as Escrituras não são sagradas em razão do tema que elas abordam , nem por causa da maneira pela qual eles são tratados, mas em virtude de seu grau de inspiração ou, o que significa a mesma coisa, em razão de sua origem divina ; é esta que determina o conteúdo do livro. (...) Para a ortodoxia muçulmana, o Corão se apresenta, não somente como a palavra incriada de Deus (...) mas também como o modelo por excelência da perfeição da linguagem.”<sup>17</sup>

No Islã, a revelação é essencialmente o Livro Sagrado, revelado pelo Profeta por inspiração de Deus, dessa forma o autor ainda afirma que

As palavras e as frases do livro são as manifestações das possibilidades criadoras, as palavras segundo o conteúdo e as frases segundo o continente ou recipiente; a frase é, com efeito, como um espaço – ou como uma duração –, incluindo uma série predestinada de compostíveis e constituindo o que nós podemos chamar de um “plano divino”. Este simbolismo da palavra por seu caráter estático: a palavra se situa, de fato, na duração e implica a repetição, enquanto o livro contém afirmações em modo simultâneo, há nele um certo nivelamento, todas as letras sendo semelhantes, e isto é de resto bem característico da perspectiva do islã. (...) Deus fala e sua palavra se cristaliza sob a forma de livro. Esta cristalização tem, evidentemente, seu protótipo em Deus, de modo que se pode afirmar que a “palavra” e o “livro” são dois aspectos do ser puro, que é o princípio simultaneamente criador e revelador. Afirma-se, contudo que o Corão é a palavra de Deus, e não que a palavra procede do Corão ou do livro.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Ibidem, p.61.

<sup>17</sup> Ibidem, p.62

<sup>18</sup> Ibidem, p.73

Dessa forma o Corão é o grande guia para essa sociedade. A facilidade em que os muçulmanos passam a ter com uma obra sagrada em árabe, facilidade essa vista na própria criação da forma de governo, onde, baseado nos passos do Profeta e ancorado no próprio Corão, há a criação, quase de forma espontânea, do Califado, termo que vai indicar a priori uma função “tenente” que é significativa para ser um representante do Profeta, uma espécie de “delegado do Islã” encarregado de manter a *Ummah* dentro dos limites já pré-estabelecidos. O que acarretou na transformação do Califa em um título que representa a autoridade exercida no Islã, agrupando funções políticas e religiosas em uma só pessoa.

O Islã se apresenta então para os árabes como uma religião que vai solidificar a autoridade em um governante e que devido a sua não divinização, bem como a não divinização de seu Profeta, vai colocá-lo próximo a sociedade, essa, por sua vez, vê na religião todos os seus anseios e desejos não realizados pelas antigas crenças e a não familiarização com o cristianismo e com o judaísmo, que tinham já seus dogmas consolidados em uma tradição distante dos árabes, e assim houve uma aceitação da revelação corânica por parte dessa população árabe. Em decorrência disso houve também um processo de unificação na sociedade, onde cessaram os conflitos entre tribos nômades e também nas cidades, e também com a idéia de certa justiça social pregada pelo islamismo houve certo nivelamento, pelo menos no plano legal, da sociedade, colocando todos os cidadãos no mesmo patamar diante do Islã.

Além disso, o Islã levou os árabes a uma série de conquistas e foi-se dito que era uma religião estritamente combativa, e que a sua vocação era a guerra. Mas o que vemos foi a unificação da península arábica sob uma bandeira e uma sociedade acostumada ao território que soube como se locomover para melhor estratégia durante as conquistas, e além do fato da unificação e do conhecimento do território as primeiras conquistas foram dotadas de uma flexibilidade nos locais dominados, o que acarreta em uma maior aceitação dos dominados perante os dominantes. O fato de se pensar que era uma religião voltada para as guerras deveu-se as próprias características do século VII e ao fato que a península estava comprimida entre dois grandes impérios, o Bizantino e o Sassânida, e que entravam em choque com frequência, e o surgimento de uma nova crença no seio do Oriente Médio e com vias expansionistas, obtendo vários territórios em um curto espaço de tempo e se mostrando como um novo Estado Imperial, dessa forma muitos opositores ao Islã pregaram a essência guerreira da crença a fim de desqualificar a religião e os seus feitos.

Portanto, usando as palavras de Schuon, o Islã

chama a atenção pelo caráter inabalável de sua convicção e também pela combatividade de sua fé. Estes dois aspectos complementares, um interior e estático e outro exterior e dinâmico, derivam essencialmente de uma consciência do absoluto, a qual o torna inacessível à dúvida, assim como afasta o erro com violência. O absoluto – ou a consciência do absoluto – engendra na alma, assim as qualidades da rocha e do relâmpago, representadas respectivamente pela Caaba, que é o centro, e pela espada da guerra santa, que assinala a periferia. No plano espiritual, o islã coloca a ênfase no conhecimento, pois é este que realiza o máximo de unidade, no sentido de que o conhecimento rompe a ilusão da pluralidade e supera a dualidade sujeito-objeto. (...) No plano terrestre, o islã busca o equilíbrio e coloca cada coisa no seu lugar, distinguindo claramente ente o indivíduo e a coletividade, e levando em conta sua solidariedade recíproca. Al-Islâm é a condição humana equilibrada em função do absoluto, tanto na alma como na sociedade.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Ibidem, p.56.

### A visão do Mundo Islâmico de Ibn Khaldûn

Nesse capítulo apresentaremos Ibn Khaldûn, com a sua grande obra os Prolegômenos ou Filosofia Social. Ele redige a sua obra no século XIV com uma gama de detalhes sobre o mundo árabe, e compõe um quadro social vasto sobre a formação do quadro político que levou a formar o império muçulmano. Nosso objetivo é traçar paralelos com essa fonte, com a temática que a pesquisa aborda juntamente com a utilização de autores atuais para uma melhor compreensão do próprio autor.

O autor deixa clara a sua posição referente à utilização da religião na formação de um império-de forma que, para ele, se torna fora de questão a formação dos impérios sem ter a presença organizacional da religião, dessa forma

Fundam-se os impérios pela conquista; para conquistar requer-se a fôrça que se esteia num partido animado de um espírito de grupo e orientado para um mesmo fim. É óbvio que a união das vontades e dos corações só pode realizar-se pelo poder de Deus e no intuito de manter a sua religião. (...), quando os corações se voltam para a verdade e renegam o mundo e suas vaidades à procura de Deus, esta orientação para o bem os unifica, e com ela desaparecem as invejas, extinguem-se as discórdias; os homens auxiliam-se mutuamente com maior dedicação; a união os torna mais fortes; a boa causa estende o círculo de seus prosélitos e se propaga, e acaba por formar um grande império.<sup>20</sup>

Isso demanda não só para o islamismo, mas para qualquer religião, que o poder exercido pela religião como resultado de agregação da sociedade faz com que esses indivíduos estejam preparados para formarem um estado de cunho imperial, e que esse fator organizacional é refletido no ímpeto de conquistas que o nascente império consegue com a sua campanha expansionista. Ao pensar dessa forma, o início do Islã teve como o grande mérito a unificação dos árabes sobre um Deus único, assim, podemos pensar que Maomé ao se instalar em Medina e ao unificar os árabes pagãos e conclamá-los ao islamismo, pensamos já no início do estado islâmico propriamente dito.

Nessa linha de raciocínio vemos Peter Demant que diz que o Estado surge quando “Maomé pode reorganizar Medina como a primeira comunidade a viver sob as leis muçulmanas.”<sup>21</sup> e a figura do Profeta sintetizava todo o ideal a ser seguido. Da mesma forma que para Juan Vernet o Estado nasce com Maomé, que a partir da chegada em Medina, no qual começa a reforçar a sua autoridade pessoal proclamando a obediência ao Deus único e

<sup>20</sup> IBN KHALDÛN. Os Prolegômenos ou Filosofia Social, vol. 1. Trad. KHOURY, J. e KHOURY, A.B. São Paulo: Comercial Safady Ltd, 1958. P.278.

<sup>21</sup> DEMANT, Peter. O Mundo Muçulmano. São Paulo: Contexto, 2004. PP. 26.

por conseguinte o seu enviado<sup>22</sup>, e dessa forma ele começava a reter em sua pessoa vários mecanismos de governo através de estratégias como

(...) para evitar a confraternização dos muçulmanos com seus vizinhos de outras religiões, ele restringe (mas não proíbe) o consumo de vinho e a prática de jogos de azar, com o que limita indiretamente a presença dos muçulmanos nos locais públicos onde eles podiam ouvir boatos e críticas à sua política (...)<sup>23</sup>

Pensando sobre a essência da religião na fortificação dos grupos da sociedade para uma orientação à unicidade, Ibn Khaldûn diz

A religião, (...), é uma têmpera da alma que faz desaparecer os sentimentos de inveja e de rivalidade que imperam entre os povos animados por um forte espírito de grupo. Ela orienta todos os corações na mesma direção, que é a verdade.<sup>24</sup>

Dessa forma a religião se estabelece como um pilar de congregação social que vai atuar nesse “espírito de grupo” da sociedade podendo, para o autor, subjugar povos que mesmo estando em superioridade numérica não tem a consistência necessária para consolidar o domínio sobre os de menor número.

Foi assim que, nos primeiros tempos do Islamismo, os Árabes realizaram suas grandes conquistas. O exército muçulmano, constituído apenas de trinta e poucos mil guerreiros, combateu e venceu em Cadissya, todas as forças da Pérsia; em Yarmuk o mesmo exército mediu-se com as tropas ali reunidas por Heráclio, e cujo número, a crer nos cálculos de Uakidi, se elevava a quatrocentos mil homens.<sup>25</sup>

Essa informação é um pouco exagerada pelos números que relata o autor e também com certa intenção de mostrar que a vantagem numérica dos adversários não foi capaz de parar as conquistas da nova fé que subjugava todas as outras em uma empresa expansionista, uma nova fé que transformava toda a região e unificava os povos. Mas que deve ser tratada com cautela, pois a medição do exército é elevada para a época.

Assim vemos que com a combinação de uma religião que possibilitou um fator agregador na sociedade árabe e com um líder que leva consigo a missão divina de transmitir o Islã a todos e que tem uma capacidade de cooptar as elites, vemos em Ibn Khaldûn que afirma que para um império ou qualquer tipo de empreendimento dar certo é necessário que aja apoio de um partido forte, ou seja, a elite. Dessa forma, para “(...) chamar os homens à adesão a

<sup>22</sup> VERNET, Juan. As origens do Islã. São Paulo: Globo, 2004. P.73.

<sup>23</sup> Ibidem. Pp 77.

<sup>24</sup> IBN KHALDÛN. Os Prolegômenos ou Filosofia Social, vol. 1. Trad. KHOURY, J. e KHOURY, A.B. São Paulo: Comercial Safady Ltd, 1958. P.279.

<sup>25</sup> Ibidem, ibidem.

qualquer empreendimento de certa importância, deve se contar com um partido forte.”<sup>26</sup>. Assim a importância de ter meios de cooptação das elites locais para a legitimação de qualquer empreendimento é necessária, para dar força e aumentar o apelo a ele, que o Profeta fazia com maestria, tanto na sua chegada a Medina, quanto da sua conquista de Meca.

Sendo assim o autor busca um elo que liga a religião, na formação de um espírito de grupo, juntamente com a necessidade do apoio de um partido forte, que tomará parte do empreendimento a partir do momento em que o sentimento de grupo o tome, devido à chegada da religião. Um fator interessante que Ibn Khaldûn levanta que é a necessidade de ter na alta esfera do poder, a elite corroborando os empreendimentos e as decisões do governante.

Assim o autor continua a sua explanação de forma que afirma que

A duração de tudo o que teve começo, depende da fôrça da têmpera de cada ser; ora a têmpera dos Impérios, é o espírito de grupo. Quanto mais forte é este espírito, mais se distingue o Império pelo vigor de sua têmpera e por sua resistência aos ultrages do tempo. É nas massas numerosas que o espírito de grupo melhor se desenvolve, (...) <sup>27</sup>

Nesse sentido a coesão inicial proporcionada pela unificação religiosa na península arábica causada pela expansão do islamismo além de ter sido um dos fatores preponderantes para a série de conquistas realizadas, foi capaz também de subjugar os povos, de maneira que, de acordo com o Ibn Khaldûn, a iniciativa desse espírito de grupo, essa força da têmpera de cada ser, foi muito maior nos muçulmanos do que nos povos que foram conquistados, onde ele deixa claro que nesses territórios conquistados a duração do governo lá existente não fora suficientemente forte e se dissolveu com o tempo juntamente com esse espírito de grupo, fazendo com que a chegada dos muçulmanos seja bem recebida por parte dos conquistados e a força religiosa encontre um terreno fértil para crescer. O que se viu foi uma série de conquistas rápidas e avassaladoras, onde a não imposição do caráter religioso em cima dos povos conquistados fora um fator de grande importância para a aceitação do jugo árabe de forma que para Albert Hourani

(...) se possa dar outro tipo de explicação para a aceitação do domínio árabe pela população dos países conquistados. Para a maioria deles, não importava muito que fossem governados por iranianos, gregos ou árabes. O governo interferia muito na vida das cidades e regiões circundantes; tirando as autoridades e as classes com interesses associados ao governo, e também as hierarquias de algumas comunidades religiosas, os cidadãos talvez não se incomodassem com quem os governava, contanto que tivessem segurança. Paz

---

<sup>26</sup> Ibidem, p.281.

<sup>27</sup> Ibidem, p.290.

e impostos razoáveis (...). Para alguns, a substituição de gregos e iranianos por árabes até trazia vantagens. Aquele cuja oposição ao governo Bizantino se manifestava em termos de dissidência religiosa podia achar mais fácil viver sob um governante imparcial em relação a vários grupos cristãos, sobretudo quando a nova fé, que ainda não lhes parecesse estranha. Nas regiões da Síria e do Iraque já ocupadas por pessoas de origem e língua árabe, foi fácil para os líderes transferir sua lealdade dos imperadores para a nova aliança árabe, tanto mais que desaparecera o controle antes exercidos sobre eles pelos lakhmidas e gassanidas, estados clientes árabes dos dois grandes impérios.<sup>28</sup>

Ou seja, a independência que foi dada aos povos conquistados, tendo que somente pagar tributos e reconhecer a soberania árabe sobre o território, foi à grande estratégia de expansão, dando liberdade religiosa e certa autonomia política no começo e havendo grande aceitação da dominação muçulmana.

Voltando para a idéia que o autor coloca desse espírito de grupo, que para ele é o que funda os impérios, há a necessidade de um comando forte o suficiente para garantir todas as prerrogativas dessa sociedade que se forma. Ibn Khaldûn afirma que esse governante tende a concentrar em sua figura toda a autoridade existente, e que o começo dessa concentração é quando

(...) um povo animado de um vivo sentimento de dignidade compõe-se de um grande número de tribos, das quais uma, por ser a mais forte, domina todas, a ponto de as unir, absorvendo-as. É deste modo que se formam associações aptas a avassalar os outros povos e a conquistar os impérios.<sup>29</sup>

O que propriamente no Islã se centra na família de Maomé e posteriormente nas famílias dinásticas dos Califas. Vale ressaltar que os governantes que vem após a morte do Profeta sempre procuram fazer reminiscência ou a família de Maomé ou a sua própria pessoa, algo feito a fim de dar maior credibilidade ao governante em exercício.

Isso tem os desdobramentos para as famílias que estão reunidas no mesmo espírito social e

(...) uma destas famílias deve ser bastante forte para manter unidas as outras, dar-lhes coesão, absorve-las, combiná-las em um só corpo, e concentrar em si mesma todos os sentimentos patrióticos que animam cada uma. O espírito social, levado deste modo ao ponto de maior intensidade, não se acha senão nas famílias que possuem o hábito do comando. Numa casa semelhante, é preciso que um dos membros tenha o poder de impor suas vontades aos outros; este indivíduo deve à superioridade de seu nascimento a vantagem de comandar, como chefe, todas as famílias da federação. Como a altivez e a arrogância são sentimentos naturais à espécie humana, o chefe de um povo

<sup>28</sup> HOURANI, Albert: *Uma história dos povos árabes*. São Paulo. Companhia das letras 1994, pp.40.

<sup>29</sup> IBN KHALDÛN. *Os Prolegômenos ou Filosofia Social*, vol. 1. Trad. KHOURY, J. e KHOURY, A.B. São Paulo: Comercial Safady Ltd, 1958. P.296-297.

não consente nunca em repartir seu poder com um outro, nem lhe permite comandar ou administrar. Desenvolve-se, assim, o amor próprio, sentimento que está na natureza do homem. Estabelecido isso, ficam estabelecidos também os princípios de governar que se tornam indispensáveis. O chefe, por exemplo, deve ser o único, porque se fossem muitos, criar-se-iam condições muito prejudiciais a sociedade.<sup>30</sup>

O autor se mostra pendente para o lado da dinastia e da concentração de poder em torno de uma casa, o que, na visão dele, traria mais estabilidade para o império e haveria uma maior possibilidade de que quem herdasse o trono tivesse mais capacidade de governar do que qualquer outro indivíduo. O que no caso do Islã não ocorre sempre, pois a primeira dinastia surge devido à eclosão de uma guerra civil e a imposição de um chefe com grande força política e militar, onde governando já a província da Síria, detém grande poderio administrativo ao seu lado, juntamente com a família mais poderosa de Meca, a dos Omíadas. Já com o surgimento da segunda dinastia, que vem para suplantar a primeira que estava abalada por acusações de preocupação mais com o luxo do que com a própria religião, havia já estremecido alguns califas da antiga dinastia, e que só teve uma maior estabilidade quando os Abássidas tomam o controle e levam a prerrogativa dinástica para a sua casa. Assim o autor continua e afirma que o chefe da família, e conseqüentemente do governo, vai exercer sobre as outras famílias e outros chefes uma autoridade que os vai impedir de reclamar ao poder.

Um chefe supremo reprime a ambição das famílias colocadas sob as suas ordens, dobra a audácia e a petulância dos outros chefes, tirando-lhes qualquer esperança de compartilhar de seu poder. Refreia o ardor das outras famílias que aspiram ao comando, impedindo-as de alcançar, reservando para si, na medida do possível toda a autoridade e não deixando para ninguém mais a mínima parcela. Guardando para si todo o poder jamais consente em dividi-lo.<sup>31</sup>

Mas esquece-se o autor de que quando do surgimento do califado há a necessidade por parte do califa de concentrar todo o poder em sua figura e retransmiti-lo ao grupo que o ajuda a manter-se no poder, e não somente reter para a sua figura toda a amplitude de poderes que o califado lhe lega. Pois, a partir do momento em que esse seu partido forte se encontra no ambiente governamental, irá almejar uma parcela do poder condizente com o seu apoio ao governante, o que o fará retransmitir uma certa parcela desse poder aglutinado em sua figura, a do califa.

---

<sup>30</sup> Ibidem, ibidem

<sup>31</sup> Ibidem, p.298.

O autor lança a idéia também de que “Um só individuo exerce a autoridade toda; o povo, indolente demais para tentar conquistá-la, troca o amor da dominação pelo aviltamento e pela submissão.”<sup>32</sup>. O que mostra certa predileção do autor pelo governo autocrático, onde o governante assume todas as esferas do poder para si e onde população se submeta a autoridade única do governante, e que de certa forma também é como o Profeta se lança, com a autoridade centrada em sua pessoa, mas o seu feito faz com que essa submissão seja direta para Deus, e não estritamente a sua pessoa.

Ibn Khaldûn procura também colocar em questão a influência que os clientes tinham no governo, onde relaciona o tamanho do império tinha relação com a quantidade de clientes que haveria no Estado. Isso demanda de uma importância específica no caso muçulmano, pois a relação dos árabes com seus clientes fora colocada de diversas formas, desde o começo da conquista, onde eles retinham certa liberdade mais não estavam no mesmo patamar que os árabes muçulmanos, até, devido a diversos descontentamentos e enfrentamentos, que os clientes dos muçulmanos conseguiram, não igualar, mas aproximar o seu status dos árabes. Dessa forma, esses clientes começam a ganhar um outro status dentro do corpus administrativo, muitas vezes sendo incorporados na máquina do estado, quase sempre à serviço do exército e em administrações locais.

Numa tribo que alcançou bastante poderio para fundar um império que lhe possibilite viver no bem-estar, o numero dos nascimentos toma grande incremento, os laços de parentesco se multiplicam e o corpo dos guerreiros torna-se mais considerável; cresce o numero dos libertos e dos clientes. (...) por exemplo, o que sucedeu com o primeiro império fundado pelos Árabes muçulmanos. Este povo, como já se disse, formava, no tempo de Muhammad e de seus primeiros sucessores (ou Califas), uma população de cerca de cento e vinte mil homens, uns da estirpe Mudar e outros, da de Cahtan. Quando a prosperidade do império atingiu a sua maior culminância, o exército aumentou com o desenvolvimento do bem-estar geral, vindo a ser o dobro com a soma de clientes e de libertos que os califas tinham a seu serviço.<sup>33</sup>

Assim, vemos um estabelecimento de códigos de leis para abranger os mais diversos assuntos. Como se sabe, no Islã o grande livro de leis é o Corão, onde nele está determinado tudo que o individuo deve ou não deve fazer, e por se tratar de um sistema de leis baseado na palavra de Deus e na conduta do Profeta, a Suna onde estão os exemplos de vida de Maomé, sendo assim se torna inquestionável e infalível para os muçulmanos, necessitando de doutores bem versados no islamismo para interpretá-las. Assim Ibn Khaldûn discorre sobre os códigos de leis, dizendo

---

<sup>32</sup> Ibidem, p.305.

<sup>33</sup> Ibidem, p.312.

Se este código foi constituído pelos sábios, os grandes homens de responsabilidade, oferece um sistema de leis que se fundam sobre a razão. Se emana de Deus, que o terá feito promulgar por meio de um legislador divinamente inspirado, constitui uma seqüência de regulamentos fundados na religião, vantajosos para o homem, não só este mundo, mas também no outro.(...) . Os homens receberam diversos codigos de leis reveladas, com o fim de os dirigirem para a verdade e servirem para fixar seus deveres em tudo que diz respeito a seus semelhantes e à religião. A realza, instituição oriunda naturalmente da reunião dos homens em sociedade, achou também neles prescrições que a regem, e que lhe deram um caracter religioso, para que todas as intuições humanas fossem colocada sob a direção da lei divina, aos olhos desta lei, a opressão, o emprego da força brutal, os ultrajes cometidos sob o domínio de uma ira desenfreada, são atos tirânicos, lesivos e repreensíveis. As leis que emanam da sabedoria humana, desaprovam também semelhantes atos. Mas, o que estas leis prescrevem em contradição com a Lei Divina, merece condenação. (...). As leis emanadas de Deus impõem ao soberano a obrigação de levar os homens a observarem o que nelas está prescrito relativamente aos seus interesses neste mundo e no outro. Para fazer executar esta prescrição é preciso um profeta, ou um homem que ocupe o lugar de um profeta: tais são os Califas. (...). Sabe o benévolo leitor que o califado dirige os homens segundo a lei divina, para assegurar-lhes a felicidade da outra vida; porque, aos bens deste mundo, o legislador inspirado os considera na dependência e através do prisma da vida futura. O Califa é, pois, na realidade, o lugar-tenente do legislador inspirado, encarregado de manter a religião e de se servir dela para o governo do mundo.<sup>34</sup>

Assim vemos claramente a idéia de uma lei divina regendo a própria sociedade, onde o califa se apóia nela como o grande pilar de sustentação, em que a sua figura é antes de tudo o grande legislador da palavra de Deus, ficando assim encarregado de reger a sociedade para a via correta e em sua figura assumindo os pressupostos religiosos que o cargo passa a emanar.

Esse código de leis interfere claramente na organização política da sociedade. Regida pelo Corão, o governante deve ter nele os limites de seu poder e de sua autoridade , não podendo ir contra os seus ensinamentos, correndo o risco de ser taxado de mau governante e até mesmo de tirano. Esse governante no Islã, ao qual se deve o título de Califa, se torna limitado pela palavra divina e pelas suas atitudes perante a sociedade à sombra do Corão, sendo sempre obrigado a cumprir as suas funções tanto de Líder Religioso como Líder Temporal. Dessa forma Ibn Khaldûn discute também sobre alguns aspectos do próprio Califa em relação a sua função de líder religioso.

Deu-se ao Califa o título de “Imame” (o que está na frente, na dianteira), porque o compararam ao imame que dirige a oração pública, e cujos movimentos são imitados por todos os presentes. Daí provém o emprego do termo “Grande Imamoto” referido à qualidade de califa. Adotou-se primeiro o termo “califa”, porque este chefe substitui o Profeta perante seu povo. Pode-se

---

<sup>34</sup> Ibidem, p.341-342.

diz “califa” sem nenhum determinativo, ou também “califa do Profeta de Deus.”<sup>35</sup>.

E em relação à própria transmissão do Imanato, que como se fez a referência na época, que quem fosse eleito para presidir a oração pública seria a mesma pessoa que estaria apta a governar a própria sociedade, sendo assim

(...) O Profeta, estando no leito de morte, e que querendo confiar a Abu Bacr as funções mais importantes da religião, ordenou-lhe (simplesmente) presidisse à oração pública na qualidade de seu vigário ou califa. Todo mundo recebeu com prazer a nomeação de Abu Bacr para o vicariato (ou Califado), cargo que consiste em dirigir toda a comunidade para a observância da lei. Por esta época, ninguém pensava em nomear um rei. A crença geral era então que a realeza constituída um foco de vaidades, uma instituição própria dos infieis e dos inimigos da religião.<sup>36</sup>

Dessa forma Ibn Khaldûn situa a diferença que havia no espírito de soberania entre os quatro primeiros califas e os que vieram depois

Não se achavam mais nas mesmas condições que os primeiros califas; no tempo destes, o espírito de soberania não se havia ainda manifestado; a influência da religião era bastante grande para reter todo mundo no dever; cada um guardava um monitor no próprio coração; por isso, deixaram a autoridade na mão de quem mais convinha para os interesses da religião, e mandaram os ambiciosos e pretendentes ao conselho da própria consciência. Mas, a partir de Muawia, a tendência do espírito de classe era para a monarquia, termo inevitável para onde o conduz a sua marcha natural, tanto mais que a influencia da religião se tinha enfraquecido, e se impunha a necessidade de um soberano de um poderoso partido para conter o povo.<sup>37</sup>

O que notamos também é a sempre exaltação dos quatro primeiros califas, sendo chamados de Os Corretamente Guiados, e dessa forma sempre sendo mostrados com um espírito próximo ao do próprio Profeta, tendo sempre suas atitudes colocadas em um plano diferenciado e como se os aspectos de autoridade investida por eles fossem superiores aos que posteriormente surgiram. A maior diferença é a iniciação de um princípio dinástico, onde por sua vez, dar-se-ia mais para a preocupação com a sua corte do que propriamente com os princípios que nortearam o califado

Então, o califado para Ibn Khaldûn

(...) é uma substituição; o califa substitui o legislador no que diz respeito ao cuidado da religião e ao governo deste mundo. O legislador, sendo encarregado de fazer respeitar as obrigações impostas pela lei e de levar os homens a se submeterem a ela, exercer necessariamente a autoridade

---

<sup>35</sup> Ibidem, p.343.

<sup>36</sup> Ibidem, p.369.

<sup>37</sup> Ibidem, p.383.

espiritual; obrigado a cuidar do bem da sociedade, exerce igualmente a autoridade temporal. Temos já feito observar que os homens são inclinados forçosamente a se agruparem em sociedade, e que necessariamente precisam de alguém que cuide de seu bem-estar e os impeça de perecerem por falta de cuidado. Já dissemos também que o poder do soberano é suficiente, por si só, para assegurar ao povo as vantagens da civilização; mas ele age com maior eficácia quando se apóia sobre os princípios da lei divina. (...). Nos Estados muçulmanos, a soberania temporal está subordinada ao Califado; nos outros estados, goza de independência. (...). Por sua vez, o califado, ao qual a soberania temporal está subordinada, sob o ponto de vista a que nos referimos, exerce sua influencia espiritual por meio de ofícios e de empregos que lhe são estritamente específicos e que não se encontram fora do Islamismo.<sup>38</sup>(398-399)

Em relação ao que Ibn Khaldûn diz sobre esses ofícios que se sustentam somente no Islamismo, ele lista a própria presidência da oração, que ficaria restrita a sua pessoa, sendo o mais prestigiado cargo do Califado, logo depois vem o cargo de Cádi (juiz) que é nomeado pelo Califa, seguindo temos o Mufti, que seria uma espécie de professor instituído também pelo Califa, temos então a função de Hisba que seria uma polícia municipal e a de Sicca que funcionaria como um inspetor de mercadorias. Todas essas funções dependem da própria figura do Califa. Ou seja, a nomeação das pessoas que iriam compor esses cargos podem levar o Califa a escolher dentre os membros da elite que o cercam, reajustando o poder que a sua autoridade recebe e solidificando a sua base que o legitima no poder. O Califado se coloca então para o autor como um processo de substituição de um legislador simplesmente temporal, para um governante onde retém em sua figura ambos aspectos da autoridade no Islã, temporal e religiosa. Também é uma vontade da própria sociedade que transforma a autoridade do Califa em um estilo autocrático, levando-o a concentrar em sua figura todo o poder. O autor afirma então que há a necessidade do Califa em ter um partido forte que o apóie em todas as questões. Dessa forma esse partido forte além de o apoiar também é realocado em cargos únicos do próprio califado. Fazendo com que a autoridade do Califa se fixe mais ainda na sociedade.

A religião tem um fator preponderante no Califado, onde além de ser o pilar que sustenta o Califa é também o fator que agrega os povos sobre um mesmo governo. Ibn Khaldûn diz que sem ela não teria surgido um espírito de grupo tão forte para criar um império e nem ter sido capaz de realizar as conquistas que foram capazes. Essa união que Maomé conseguiu fazer nos povos árabes nômades e politeístas causou um impacto tão grande quanto à rapidez da conquista realizada. A união dos povos a força do governo impressionam não só pelas vitórias, mas pela aceitação própria da religião e da autoridade do

---

<sup>38</sup> Ibidem, p.398-399.

governante. Vendo dessa forma, a idéia que o autor coloca sobre o aparecimento do espírito de grupo na sociedade implica diretamente no aparecimento do Islã na região.

Assim o gênio de Ibn Khaldûn em descrever a sociedade muçulmana deve ser compreendido colocando um olhar religioso. O pilar de formação político e social passa pela religião. E dela vai surgir os meios primordiais de sustentação do governante no poder, e os mecanismos que lhe vai ser útil a fim de legitimar a sua autoridade. Para o autor, como para a universalidade do Islã, são os desígnios de Deus o que vai ponderar a sociedade e transforma - lá de um agrupamento de povos nômades para uma sociedade de cunho imperial. Mas mesmo assim a sociedade islâmica que foi vista por Ibn Khaldûn é transportada para todas as épocas do mundo muçulmano, onde sempre vemos uma autoridade com uma vasta gama de poderes, mantidos pela religião e pelo próprio costume adquirido dessa sociedade. Podemos ver também que nessa obra muitos aspectos sobre a natureza da autoridade e até mesmo os limites dessa autoridade são relatados, mas como sempre, a natureza dessa autoridade sendo um pouco sobrenatural, pois foi determinada por desígnios de Deus, juntamente com todos os princípios norteadores da sociedade. A influência dos aspectos doutrinários de outras religiões bem como de outras culturas, Ibn Khaldûn não contempla nesse tomo, deixando a entender que a formação do Estado árabe foi condicionado apenas ao surgimento do Profeta, bem como a utilização dos títulos após a sua morte como sendo mais para uma caracterização e diferenciação do governante do que uma forma de se fixar a autoridade na pessoa do novo governante. Apesar de esse olhar os Prolegômenos são uma obra essencial para observar a sociedade muçulmana desde a sua formação até o século XIV que é o ano de sua redação, com os aspectos econômicos e religiosos por trás do império muçulmano.

## A política dos Califas

O século VII no Oriente medieval é visto como um século de profundas mudanças no cenário político, religioso e geográfico. Um período onde grandes impérios são subjugados a outros, onde há o surgimento de uma nova religião que vai repercutir na unificação de um povo e na sua conseqüente formação de um estado expansionista. Esse século vai redimensionar os limites de cada estado, mas não de sua ideologia de governo.

Vemos a retomada de um impulso imperial por parte de Chosroes II rei da Pérsia Sassânida sob o Estado Bizantino de Heráclio. Em conseqüência disso, Heráclio consegue impedir o avanço dos persas e em uma contra-ofensiva surpreendente derrota Chosroes II invadindo a capital dos sassânidas, forçando assim um acordo de paz.

Depois de anos de conflitos entre essas duas nações, o que as deixa esgotadas financeiramente e militarmente, surge na península situada entre os dois impérios uma voz que ecoará por toda a península arábica conclamando a submissão ao Deus único e absoluto. Uma voz que vai se tornar cada vez mais forte unificando povos nômades politeístas e os ricos comerciantes das cidades em uma bandeira única, a do Islã.

Dessa forma vemos essa região do Oriente Médio com a supremacia de Bizâncio sobre os Persas, porém ambos enfraquecidos com os conflitos, e o surgimento do Islã, que em pouco tempo dominam o império Persa e tomam importantes possessões de terras de Bizâncio e se tornando uma ameaça cada vez mais freqüente à Constantinopla.

O Islã se apresenta como uma religião universal com aspectos do cristianismo e do judaísmo e, inicialmente, com uma coesão interna muito grande. Uma religião que fora associada ao Estado e que a partir dessa associação pode se expandir juntamente com o próprio Estado. O islamismo se coloca então sob a figura de seu propagador, Maomé, que vai se estabelecer como os princípios cívicos, jurídicos e morais da sociedade muçulmana.

E a partir desse ponto que o nosso estudo começa a fundamentar-se, vendo como o início do estado islâmico e as suas conseqüências com o surgimento das dinastias posteriores; os problemas que vão atingir o grande estado muçulmano sendo de origem sucessória, acarretando uma fragmentação no estado e minando a força da capital para com a periferia do império.

O processo do Califado árabe surge na ocorrência da morte do Profeta, onde não tivera deixado herdeiros homens e nem uma indicação muito clara sobre quem seria o seu sucessor ou como se daria o processo sucessório. E em 632 após a morte de Maomé, ascende ao posto de governante do Islã o seu companheiro mais próximo Abu Bakr. Mas as discussões sobre o processo sucessório começavam a tomar corpo devido à vacância no poder deixada pelo Profeta ao não indicar claramente quem seria o seu sucessor e por não deixar herdeiros que pudessem assumir as discussões entre os muçulmanos, que ficavam basicamente dividida entre dois grupos: um queria que dessem legitimidade ao governante vindo diretamente da família do Profeta e que, no caso, seria o seu primo e genro Ali casado com a sua filha Fátima; a outra corrente afirmava que quem deveria ser o legítimo governante no Islã deveria vir dos grandes homens da sociedade, ou seja, os que sabiam o Corão e tinham uma vida condizente com a do Profeta.

A segunda corrente prevaleceu e fora escolhido o companheiro mais próximo de Maomé, uma escolha que, por mais que já aparecessem divergências por parte da escolha do governante, foi aceita de bom grado pelos muçulmanos. Mas a semente da divergência sobre quem teria a legitimidade no governo fora lançada.

Juan Vernet nos dá uma idéia de como estava o ambiente nesse momento:

(...) quando da morte de Maomé a revelação já estava concluída; todos os muçulmanos que viviam nesse momento – por mais que existissem entre eles diferenças de critério e os interesses sociais os separassem em questões de detalhe – sabiam que tinham nas mãos o futuro do nascente Estado e que a sua continuação estava no futuro dos seus bens e riquezas. E antes de enterrar Maomé eles discutiram não apenas sobre quem deveria ser seu sucessor como também em que aspectos esse individuo devia suceder-lhe. Dado que no Alcorão Deus não havia previsto nada sobre esse caso extremo, foi preciso buscar a pessoa que poderia continuar a obra iniciada, e o título e poderes com que ela devia ser reconhecida.<sup>39</sup>

O governo de Abu Bakr durou apenas dois anos, mas já suficientes para produzir algumas mudanças profundas. A principal delas foi a sua intitulação de *Khalifa* que seria o sucessor do Profeta, o seu “delegado”, tendo como obrigação dar continuidade ao processo de expansão da Fé e a manutenção da *ummah* que é a comunidade muçulmana independente de seu posicionamento geográfico.

Sendo assim, afirma Vernet:

---

<sup>39</sup> VERNET, Juan. As origens do Islã. São Paulo: Globo, 2004. P.119.

(...) Abu Bakr atuaria como lugar-tenente de quem? Quando esse tema foi tratado e quiseram intitulá-lo Califa de Deus, o escolhido não quis absolutamente aceita-lo, argumentando ser o Califa do Profeta de Deus, de onde se deduz que ele excluía a possibilidade de receber qualquer tipo de revelação(...) <sup>40</sup>

E mais a frente ele continua: “Portanto , recusou o titulo de Califa de Deus e aceitou apenas o de Califa do Profeta de Deus.” <sup>41</sup>

Bernard Lewis também refere-se dessa forma da designação do titulo de Califa para Abu Bakr e

O titulo que ele usou como líder, segundo a tradição historiográfica, foi de “califa” (*khalifa*), uma palavra árabe que, graças a uma feliz ambigüidade, combina as idéias de sucessor e representante. Segundo uma tradição, ele era o *Khalifatu Rasul Allah*, o sucessor do Profeta de Deus; de acordo com outra, o *Khalifat Allah*, o Representante de Deus – alegação esta de conseqüências de largo alcance. Na época da elevação de Abu Bakr, é impossível que ele ou seus eleitores alimentassem tais idéias. Mas do ato de improvisação que praticaram, nasceu a grande instituição do califado – o cargo soberano máximo do mundo islâmico. <sup>42</sup>

Com a criação desse título ficava clara a posição da própria comunidade islâmica perante o governante. Aceitavam o seu comando militar, a sua política administrativa e ainda a sua presidência na oração comunal das sextas-feiras. Mas, como Lewis e Vernet afirmaram de forma alguma ele seria um novo profeta, um continuador das revelações.

Em seu leito de morte, a tradição historiográfica aceita a idéia que Abu Bakr tenha indicado como o próximo Califa Umar ibn al-Khatib, que governou entre 634-644. Seu governo, como o de seu predecessor, houve mudanças no aspecto político importante. Além de assumir a titulação de Califa, de um representante do Profeta, ele se intitulou também como *Amir al-Muminin*, “Comandante dos Crentes”, assim conferindo a sua figura uma autoridade política, religiosa, militar e administrativa.

De acordo com uma das maiores mentes do Islã, Ibn Khaldûn, esse titulo de *Amir al-Muminin* ou de Comandante dos Crentes é:

um dos atributos do califado. Seu uso não data de uma época remota, mas do tempo dos primeiros califas. Depois de terem empossado Abu Bacr, os Companheiros e o resto dos muçulmanos o designaram pelo titulo de Califa (ou sucessor) do Enviado de Deus, e continuaram a chama-lo dêste até que morreu. Tendo depois jurado fé e prestado homenagem a Omar , conformando-se assim com a vontade de Abu Bacr, que o tinha designado por sucessor, intitularam-no de ‘o califa do califa do Enviado de Deus’. Mas, reconhecendo em seguida como se tornaria incômodo êste modo de designar

<sup>40</sup> Ibidem, p.121.

<sup>41</sup> Ibidem, p.123.

<sup>42</sup> LEWIS, Bernard. O Oriente Medio: Do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. P.61.

os califas, por se alongar além de qualquer medida o título de califa após cada nova investidura, o qual, pela multiplicidade dos termos, não poderia mais servir como designação precisa, e se tornaria ridículo, inclinaram-se a trocá-la por outra denominação que tivesse certa relação com ela. Davam aos generais comandantes das expedições militares o título de ‘Amir’, palavra derivada de ‘amara’, comando, forma que os gramáticos chamam de ‘faíl’. Os Árabes antes de sua conversão ao islamismo, davam ao Profeta os títulos de ‘Amir de Meca’ e ‘Amir do Hijaz’.<sup>43</sup>

Além disso, esse autor afirma que:

Transmitiam os califas aos sucessores, como herança, o título de *Amir al-Muminin*; faziam dêle o sinal distintivo com que se reconhecia o sobreano do Hijaz, da Síria e do Iraque, regiões que formavam o domicílio da raça árabe, o núcleo central do império, o jardim onde a religião tomou raiz, assim como a vitória. O império muçulmano estava ainda em tôda sua pujança e poderio quando se introduziu o uso de novos títulos com o fim de distinguir um califa de outro, visto o título de *Amir al-Muminin* ser comum a todos.<sup>44</sup>

Essas duas formas de titulação, Khalifa e Amir al-Muminin, é seguida por todos os outros governantes que vão ascender ao poder no Islã. E de tal forma isso é propagado que se torna uma forma se legitimar no poder, garantindo uma confluência maior de todas as esferas de poder do Estado na pessoa do governante.

Nas palavras de Lewis

A mudança de autoridade foi simbolizada pela adoção de um novo título. Além do título ‘califa’, com sua conotação de representante, Umar era chamado de Amir al-Muminin, ‘Comandante dos Fiéis’, com a conotação mais explícita de autoridade simultaneamente política, militar e religiosa.<sup>45</sup>

Para Vernet a iniciativa de Umar se deveu

Quando se sentiu com força para evitar a indisciplina de seus generais, ele adotou o título de Amir al-mu’minin ... que se deve traduzir, com base nos versículos dos príncipes, como Comandante dos Crentes. Se já então o título de califa admitia fortes matizações, o que agora ele adotava devia ser único, para ele e seus sucessores, pois não era razoável pensar que pudesse haver mais de um emir (comandante) para a comunidade muçulmana.<sup>46</sup>

A utilização desses títulos implica uma necessidade que faz o governante buscar formas de se legitimar no seu cargo. O fato de se considerar o Comandante dos Crentes faz com que ele assuma as prerrogativas religiosas e militares diretamente ligadas às características assumidas e desenvolvidas por Maomé. A figura do Califa e conseqüentemente

<sup>43</sup> IBN KHALDÛN. Os Prolegômenos ou Filosofia Social, vol. 1. Trad. KHOURY, J. e KHOURY, A.B. São Paulo: Comercial Safady Ltd, 1958. P.414-415.

<sup>44</sup> Ibidem, p.416.

<sup>45</sup> LEWIS, Bernard. O Oriente Médio: Do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. P.68.

<sup>46</sup> VERNET, Juan. As origens do Islã. São Paulo: Globo, 2004. P.150.

a figura do califado, põe o governante como o comandante supremo da comunidade muçulmana e faz com que seu poder de comando seja estendido sem limites geográficos.

Com a sua morte em 644, houve o estabelecimento de uma comissão para eleger o próximo governante. Essa comissão ou *shura* era composta por seis membros Companheiros do Profeta e que tinham grande conhecimento sobre o Islã, essa escolha deveria ser feita entre um deles. A nomeação recaiu em Uthman, que era membro da aristocracia de Meca e vindo do clã dos Omíadas. E da mesma forma que os seus predecessores, assumiu o título de Califa e de Comandante dos Fieis.

E em 656 Uthman é assassinado fazendo vir à tona uma guerra civil, e que uma parcela dos revoltosos empossa Ali, o genro e primo do Profeta, como Califa, surgindo assim a shiitu Ali, ou partido de Ali, que vai sempre se colocar pela volta à mensagem original do islã e pela descendência da família de Ali. Essas guerras vão acontecer até 661 quando Ali é assassinado, até que uma das facções que lutavam na guerra civil triunfassem, e foi a de Muawiya ibn Abi Sufyan, que além de primo do assassinado Uthman e membro do clã dos Umayya, era governador de uma província da Síria, passou a ser reconhecido como Califa, dando origem ao primeiro império muçulmano o dos Omíadas.

Durante o período entre a morte de Maomé e o a ascensão ao poder pelos Omíadas, os quatro primeiros califas que governaram eram chamados de *Rashidum*, ou os corretamente guiados, e além de ter aparecido o título de Califa e o de Comandante dos Crentes, as distensões dentro da comunidade aumentam, provocando uma onda de guerra civil e assassinatos aos Califas.

A utilização desses títulos implica uma necessidade que faz o governante buscar formas de se legitimar no seu cargo. O fato de se considerar o Comandante dos Crentes faz com que ele assuma as prerrogativas religiosas e militares diretamente ligadas às características assumidas e desenvolvidas por Maomé. A figura do Califa e conseqüentemente a figura do califado, põe o governante como o comandante supremo da comunidade muçulmana e faz com que seu poder de comando seja estendido sem limites geográficos.

Esse processo que o governante tem que fazer para se legitimar pode ser visto também na forma de distribuição de cargos. Ao vermos a história do Islã percebemos que ao serem obrigados a Hégira o Corão começa a conclamar que esses hipócritas de Meca mereceriam a sentença final, a morte. Nas palavras de Demant quando o Profeta entra em Meca “Maomé limpou a Caaba de todas as deidades pegadas, mas não afastou a posição central de sua cidade

natal (outorgando inclusive altas posições a recém-convertidos da elite coraixita, o que desconcertou alguns seguidores veteranos.)”<sup>47</sup>. Outrora perseguido, agora com uma força muito maior que fora capaz de dominar a principal cidade da região, o Profeta coopta a elite para sua rede política. Dessa forma, como ocorre no ato da eleição de Uthman, que era membro da elite no qual perseguiu o Profeta e seus seguidores, há uma aproximação com a elite dominante a fim de dar mais legitimidade ao próprio governo.

O governante passa a assumir todas as esferas de poder do Estado, e dessa forma a sua figura acaba se transformando em um centro aglutinador de poderes, que dessa forma tem a necessidade de redistribuir esse poder em outras esferas da sociedade. Porém ele não é um governante absoluto, ele está sujeito a Lei Divina, o Corão, devendo se manter guiado pelos ditames do livro e pelas posturas do Profeta, não podendo se arrogar plenos poderes como um rei, ou tentando superar a própria constituição da sociedade que está descrita no Corão. O governante também está limitado no que tange a sociedade, ele deve agir conforme a necessidade da *ummah*, não podendo agir de forma autocrática sobre sua população.

Dessa forma agindo sob a luz do Corão e a sombra da sociedade, o governante procura meios de fixar o seu domínio no Estado. Os títulos servem também para fazer uma referência direta à figura de Maomé, como o tipo ideal da sociedade islâmica, o qual a aproximação de suas características constrói o grande governante muçulmano.

A idéia de semelhança com o Profeta não fica só em termos de características de ações, mas também há uma busca em uma ascendência à família do Profeta. Vemos isso ocorrer quando do surgimento do segundo grande califado muçulmano, o Abássida, onde o seus membros buscaram a sua ascendência em um tio de Maomé, al-Abbas. E não só nesse califado, notamos o que acontecera com Ali, considerado o membro ideal a assumir o governo após a morte de seu fundador, e que posteriormente surgirá a seita dos xiitas que vão pregar que os governantes são usurpadores e que apenas os imãs seriam os legítimos detentores do governo.

Os califas então utilizam dessas estratégias a fim de legitimar a sua posição no centro do governo, que está consolidado no pilar religioso, e a utilização da prerrogativa religiosa para a afirmação de sua autoridade é posta como legítima a partir do fato que ele se torna o chefe da comunidade religiosa, utiliza o Corão como a jurisprudência do Estado e se faz como continuador da mensagem profética de Maomé.

---

<sup>47</sup> DEMANT, Peter. O mundo muçulmano. São Paulo: Contexto, 2004. PP 26.

Dessa forma o califado se desenvolve em uma estrutura político-administrativo-religiosa que centraliza primeiramente todo o poder do Estado na figura do Califa que, conseqüentemente, repassa para pessoas ligadas à estrutura do estado a fim de manter a sua posição diante da elite e lhes concedendo privilégios. Além disso, essa estrutura formada a partir do pressuposto religioso exige-se que haja uma ligação muito grande do governante para com a manutenção da própria comunidade que, estando em constante expansão, se coloca como um elo importante para a própria manutenção do seu poder.

Um outro aspecto importante ao analisar o califado é que diferentemente do que se nota no ocidente ou até mesmo no império Bizantino, o califa não é de forma alguma um rei com uma investidura divinizadora. Pois de acordo com a tradição pré-islâmica é inaceitável haver um governante supremo, um déspota, um tirano no poder, pois isso significaria uma ruptura com o pressuposto de liberdade que gozavam esses povos, principalmente os nômades, pré-islâmicos. E dessa forma essa tradição foi repassada na constituição do Estado muçulmano, onde também era inaceitável haver um governante com ares de tirano no poder, não obstante só há um governante supremo no mundo e esse “rei dos reis” é somente Alá. E essa submissão direta a Deus e não a um intermediador faz com que o governante seja passível de deposição, assassinatos e quaisquer outras injúrias a sua pessoa mais frequentemente do que os governantes ungidos por Deus dos outros estados.

Com a morte de Ali em 661 há novamente uma série de discussões acerca do processo sucessório e que acaba sendo resolvida mais como uma imposição do que uma eleição ao cargo de Califa. Muawiya Ibn Abi Sufyan, fora governador das províncias da Síria e tinha parentescos com famílias da elite de Meca e era primo do califa assassinado Uthman, foi reconhecido como Califa na Síria.

Sendo assim, ele arroga para a sua própria casa o direito de sucessão ao posto de governante do Islã, o que vai ser colocado como a primeira dinastia desse império, os Omíadas que durou até o ano de 750 d.C. Há uma transformação então no processo do califado, colocando-o mais relacionado à figura da própria dinastia que ascende ao poder. Podemos notar também a origem dessa dinastia, que se coloca com laços a elite de Meca, juntamente com um parentesco com um califa anterior.

A natureza do poder do Califa continua assentada na mesma base de antes, em uma colocação da religião como o fundamento básico para a aceitação da própria autoridade tanto política como administrativa e no domínio de todas as esferas de poder que o Califa tem ao

seu redor e a sua capacidade de controlar essas esferas de acordo com as relações que o governante faz com todos ao seu redor. A mudança ocorrida é personalização do poder, que passa a ser gerido por uma família que vai se utilizar do governo para transformá-lo em caráter de realeza.

Nesse processo, o ato de legitimação que o governante será obrigado a realizar está contido na continuação da linhagem dinástica de sua família. Nesse caso o governante será legítimo vindo do seio dos familiares do califa. Isso demanda uma maior personalização do poder por parte da família que se identifica com o governo e com o governante, aumentando, assim, a inter-relação do privado no público.

Não nos interessa aqui delimitar todas as ações dos Califas, o que nos interessa aqui são os meios que ele, como governante e como membro da elite, faz para garantir a sua segurança no poder do império.

Na dinastia dos Omíadas, os califas, com uma ascendência privilegiada de um califa anterior e sendo da elite de Meca, fazem-se valer do arcabouço religioso criado para sustentar o califado, de um exército veterano e de outro fato que ajudou na construção dinástica, que foi a mudança da capital para a Síria, em Damasco, onde o primeiro califa dessa dinastia já havia sido governador e contava já com toda a estrutura a seu favor dentro do ambiente político local. E seus sucessores vêm reassumir os laços criados por Muawiya a fim de dar aspectos legítimos à sua elevação ao posto máximo de governante.

Dessa forma o califado se transforma em dinastia, mas não perde a sua essência. O governante continua agindo em prol de se legitimar, utilizando os mecanismos que anteriormente eram usados, como a cooptação da elite em seu favor e a manutenção da *ummah*, agindo de acordo com o Livro sagrado e com a conduta do Profeta, tendo como suporte toda a estrutura criada pelas titulações desenvolvidas após a morte de Maomé. Assim temos uma estrutura de governo que ela se modifica a partir de algumas particularidades, como é o caso do surgimento desse princípio dinástico, mas essa modificação não se dá em sua base, mas sim em afunilamento da autoridade em torno de uma mesma família, porém, continua lançando os seus tentáculos de comando para os que estão a sua volta, da mesma forma anteriormente feita pelos Califas do período pré-dinástico.

## Conclusão

Concluimos através desta pesquisa que o mundo árabe pós o surgimento de Maomé trazendo consigo a revelação Corânica se mostra ao mundo com uma rapidez e um poderio de conquistas que os colocaram como um Estado com pretensões imperiais. Percebemos também que a sociedade muçulmana se baseia em um sistema normativo fixado na palavra divina e na conduta de seu Profeta. Notamos, por conseguinte, a formação de uma nova estrutura político-administrativa após a morte de Maomé.

Assim podemos ver com os autores relacionados que no mundo muçulmano havia peculiaridades em relação às outras religiões da península e dessa forma pode consolidar a sociedade sob uma mesma bandeira, unificando os povos que lá haviam, reduzindo as animosidades entre os povos nômades e os mercadores das cidades. Dessa forma, com um Estado em vias de unificação e com uma sociedade se estruturando em torno de um mesmo ideal religioso, podemos ver o mundo muçulmano surgindo para o restante do mundo. Dessa forma, como nos relata Ibn Khaldûn, esse novo mundo árabe é voltado para a religião bem como para o ideal representado pelo seu Profeta.

Dessa forma vemos também que essa nova religião se funde com a política na administração do Estado, fazendo com que os principais meios de controle da sociedade passem pelo crivo religioso e também que o governante seja o líder espiritual de toda a população, devido a sua função de presidente da oração comunal das sextas-feiras.

Sobre esse aspecto a nossa pesquisa apontou também toda uma construção diferenciada do governante no Islã para se fazer legítimo no cargo de autoridade máxima islâmica. Como vimos com Maomé, que é a grande figura a ser seguida, ele assumiu para si toda a autoridade administrativa, religiosa, política e militar quando fixou-se em Medina. Dessa forma já se cria o princípio de uma autoridade suprema no Islã, onde não havia uma divisão dos poderes de um soberano máximo.

Assim, quando da morte do Profeta e diante da vacância de poder existente, vemos a criação de um novo tipo de governante, o Califa, que vai assumir as prerrogativas que Maomé tinha, exceto apenas uma, a função profética, e mediante a isso, assume também certos títulos para que possa se fixar no poder com maior legitimidade, como foi o caso do próprio título de Califa e posteriormente o de Comandante dos Crentes, título esse que concede ao Califa toda

a legitimidade religiosa que precisava para manter a sua sociedade sobre o seu comando diante das pretensões espirituais da população.

Esses títulos evocariam também a imagem de Maomé com as suas características simbólicas para o Islã, como certo caráter de perfeição e proximidade com Deus, fazendo com que a autoridade do Califa tenha raízes nos princípios maometanos, que por sua vez recorre a uma tradição pré-islâmica para colocar-se a frente da *ummah*. Decorre disso o fato da constante utilização dos títulos citados a cima, devido sempre a uma reminiscência à um estagio próximo do que se possa considerar como um governante exemplar, que, para ser considerado dessa forma, deveria agir de acordo com o Corão e com a Suna.

Não obstante, para isso acontecer, como vemos com Ibn Khaldûn, é necessário o apoio da elite para que consiga se manter no cargo, e dessa forma o governante, através de seus títulos que o faz concentrar toda a autoridade na sua pessoa, tem a necessidade de distribuir poderes que se aglutinam na sua figura para esse partido forte que o cerca, concedendo cargos importantes dentro da estrutura do próprio Califado ou concedendo o controle sobre algumas províncias do império.

Dessa forma o governante retira a sua legitimação nos títulos, que remetem de alguma forma ao Profeta e lhes garantem mais autoridade, e também no que tange o seu relacionamento com a elite ao transmitir-lhes acesso ao poder de sua autoridade contendo, assim, animosidades que possam aparecer. Juntamente com isso o Califa deve ser correto para com a comunidade agindo de acordo com os pressupostos da palavra de Deus, mantendo-a e expandindo o Islã quando possível.

Então, através desse estudo historiográfico, podemos observar que esse aumento da autoridade pessoal do governante estabelece uma relação do público e do privado, em uma sociedade tão diferente da nossa, agindo em interesses no processo do Califado, causando guerras civis e o surgimento de dinastias. Percebemos também que o mundo muçulmano de hoje tem muitas características do momento de sua fundação no século VII, e que a falta de estudos relacionados ao funcionamento dos ideais políticos e religiosos sobre o surgimento do Estado islâmico acarreta em certas conclusões errôneas sobre essa sociedade. Podemos notar uma desfiguração nesse mundo muçulmano de hoje devido ao processo avassalador de ocidentalização que, por sua vez, quando não aceito, causa na simples taxação de “eixo do mal” ou países “terroristas”.

Outro fato importante que deve ser destacado no final dessa pesquisa é o fato de que, apesar de uma influência religiosa extremamente forte, essa sociedade foi capaz colocar ao mundo ocidental alicerces para o seu desenvolvimento, como vemos no próprio Ibn Khaldûn que é considerado já no século XIV o primeiro sociólogo do mundo. O mundo muçulmano é então uma construção a partir de Maomé, onde há a formação de uma estrutura política e administrativa que perdurou até o começo do século XX, e que devido a divergências ideológicas, principalmente entre os xiitas e os sunitas, teve a sua unificação fragmentada diluindo o poder do império muçulmano e conseqüentemente a própria autoridade do Califa.

## Bibliografia

### Fontes:

IBN KHALDÛN. Os Prolegômenos ou Filosofia Social, 3 vols. Trad. KHOURY, J. e KHOURY, A.B. São Paulo: Comercial Safady Ltd, 1958.

NASR, Helmi. Tradução do sentido do Nobre Alcorão para língua portuguesa. Medina: Complexo de impressão do Rei Fahd, 2006.

### Obras de Apoio:

Encyclopaedia of Islam. Edited by H. A. R. Gibb, et al. Leiden: E. J. Brill, 1991. 12v.

Encyclopedia of Islam and the Muslim World. Ed. Richard C. Martin. New York: Macmillan Reference, 2004.

The Cambridge History of Islam. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

### Referências Historiográficas.

ALI, Abdullah Yusuf. The meaning of the Glorious Qur'ân. 1938.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade para o Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ANTES, Peter. O Islã e a Política. São Paulo: Paulinas, 2003.

ARMSTRONG, Karen. O Islã. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CAHEN, Claude. El Islam: Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio otomano. 9 ed. Madrid: Siglo veintiuno, 1985.

CUEVAS, Cristóbal. El pensamiento del Islam: *Contenido e Historia. Influencia en la Mística española*. Madrid: Istmo.

DEMAND, Peter. *O mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

DUCELLIER, Alain, KAPLAN, Michel, MARTIN, Bernadette, MICHEAU, Françoise (Col). A Idade Média no Oriente: *Bizâncio e o Islão, dos bárbaros aos otomanos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ESPINOSA, Fernanda: *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa editora, 1981.

FLETCHER, Richard. A cruz e o crescente: *cristianismo e islã, de Maomé à Reforma*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2003.

GIORDANI, Mário Curtis. *História do mundo árabe medieval*. Petrópolis: Vozes, 1985.

HADDAD, Jamil Almansur. *O que é islamismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HOURLANI, Albert: *Uma história dos povos árabes*. São Paulo. Companhia das letras 1994.

ISBELLE, Sami Armed. *O Estado Islâmico e a sua Organização*. Rio de Janeiro: Azaan, 2008.

JOMIER, Jacques. *Islamismo: história e doutrina*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

LEMERLE, Paul: *História de Bizâncio*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

LEWIS, Bernard. A crise do Islã: Guerra Santa e terror Profana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

- \_\_\_\_\_ A middle east mosaic: Fragments of life, letters and history. New York: Modern Library, 2001.
- \_\_\_\_\_ El lenguaje político Del islam. Madrid: Taurus, 1990.
- \_\_\_\_\_ O Oriente Médio: Do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Os Árabes na História*. Lisboa: Nova Estampa, 1983.
- MANSUR, Alberto Jorge Simões. *Árabes: das origens à expansão*. Curitiba: Nova Didática, 2002.
- MEDDEB, Abdelwahab: *A doença do Islã*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MOKTEFI, Mokhtar e AGEORGES, Véronique. Os árabes na época de seu esplendor. São Paulo: Augustus, 1997.
- OATES, David. Más Allas de las fronteras de Roma. In: RICE, David Talbot. *La alta edad Media. Hacia la formación de Europa*. Barcelona: Labor, 1967.
- PEREIRA, Rosalie Helena de Souza (org). *O Islã Clássico: O itinerario de uma cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- PIRENNE, Henri: *De Maomé a Carlos Magno*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.
- RICE, David Talbot. *L'art de L'Islam*. Paris: Librairie Larousse, 1965.
- ROSENTHAL, Erwin I, J. El pensamiento político en el islam medieval: Esbozo introductorio. Madrid:
- SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCHUON, Frithjof. *A unidade transcendente das religiões*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- \_\_\_\_\_ Para compreender o Islã: *Originalidade e universalidade da religião*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004.
- SHABAM, M.H. *Historia Del Islam*. Barcelona: Labor, 1976.
- VERNET, Juan. *As origens do Islã*. São Paulo: Globo, 2004.
- WATT, W.M. *Mahoma, profeta y hombre de estado*. Barcelona: Labor, 1967.